

# Histórias sobre homicídios entre jovens: ‘Mundo do crime’ e comensurabilidade

**Danielli Vieira**

*Pesquisadora do LEV / UFSC*

O argumento central deste artigo é o de que o denominado “mundo do crime” não é estanque em relação à sociedade abrangente. São apresentadas discussões sobre o trânsito entre domínios da realidade em narrativas sobre homicídios produzidas por jovens em Santa Catarina. A análise das falas dos interlocutores sobre suas vidas no contexto do tráfico de drogas identificou histórias sobre a nada fácil “vida fácil”, os altos e baixos, o risco constante, a relação com a morte, e as situações em que “é matar pra não morrer”, experiências que não podem ser reduzidas a um único domínio homogêneo.

**Palavras-chave:** violências, narrativas, juventudes, comensurabilidade, homicídios, mundo do crime

The argument of **Stories about Murders among Youths: The World of Crime and Commensurability** is that the so-called “world of crime” is not watertight in relation to the extensive society. Discussions are presented about the movement between these domains of reality in accounts of murders told by youths in the world of drug trafficking in Santa Catarina. The accounts revealed stories about the far-from-easy “easy life”, elucidating on the highs and lows, the constant risk, how they relate to death, and situations where they “kill to not be killed”, experiences that cannot be reduced to a single homogeneous domain.

**Keywords:** commensurability, aggressions, narratives, youths, homicides, world of crime

## Considerações iniciais

**D**urante a pesquisa para minha dissertação (VIEIRA, 2009), ouvi várias histórias sobre homicídios narradas por jovens que estavam internados para o cumprimento de medidas socioeducativas. Os interlocutores dessas histórias sobre mortes entre jovens falaram também sobre as próprias vidas, especialmente sobre suas trajetórias no contexto do tráfico de drogas. Narraram situações de homicídios nas quais estavam diretamente envolvidos, bem como histórias sobre a morte de amigos (“irmãos”) e sobre “malucões” que matavam sem pudor. Contaram sobre a vida “no mundão”<sup>1</sup>: os altos e baixos – aquilo que se ganha e aquilo que se perde; as situações de guerra; o “veneno”; as decisões sobre as punições daqueles que “não corriam pelo certo”; a disposição a matar e a morrer assassinado.

Recebido em: 30/11/2010

Aprovado em: 31/01/2011

<sup>1</sup> As categorias “mundão”, “envolvimento”, “crime”, “no crime” aparecerão entre aspas, pois se referem aos usos nativos. Elas são mais abrangentes e polissêmicas que, por exemplo, as noções jurídicas de “adolescente em conflito com a lei” e “infração penal” e implicam experiências que não se restringem à questão legal/ilegal ou ao cometimento de certas práticas. Expressam, mais do que isso, uma “maneira de viver”, um “mundo” possível.

Conversei com jovens liminares em vários sentidos a respeito de um tema também liminar. A violência letal e seus agentes são atravessados pela ideia de fronteira social, de limite de sociabilidade, de alteridade radical, e, às vezes, de negação do social. Na experiência de campo para a dissertação, emergiu a questão da comensurabilidade entre mundos. Acredito que a possibilidade de conversação entre diversos, a possibilidade de passagem entre mundos, é o que torna possível a produção de conhecimento antropológico. Se assim não fosse, não haveria nem um “como” nem um “por quê” para a antropologia.

A partir dos dados etnográficos, dei início a uma reflexão sobre a comensurabilidade entre mundos, entre domínios da realidade. No campo de estudo das violências, esse aspecto se mostra importante tanto na dimensão teórica – ao estabelecer as violências como modalidades de relação social – quanto na dimensão política – ao inserir os agentes das violências na condição de sujeitos sociais e morais. É preciso esclarecer que há dois níveis, duas espécies de encontro entre mundos pautados no presente artigo. Em primeiro lugar, o “encontro etnográfico” e, a partir dele, a identificação via narrativas dos interlocutores de encontros entre valores, condutas, códigos acionados no “mundo do crime” e outras esferas sociais mais amplas.

A ideia de comensurabilidade entre “mundos” não foi o objeto, o tema de minha pesquisa. Trata-se, como mencionei, de um dos rendimentos proporcionados pelos dados etnográficos e pela eleição de um quadro teórico-metodológico que pudesse ajudar a pensar mundos com “janelas”. Trago então, no que segue, alguns dos principais resultados da dissertação, com ênfase na questão do compartilhamento, por parte dos interlocutores, de valores ligados a matrizes sociais mais gerais. Depois, apresento de forma mais direta as reflexões acerca da ideia de comensurabilidade entre mundos, a partir dos dados etnográficos a respeito do “mundo do crime”.

## A pesquisa

De acordo com o *Mapa da violência dos municípios brasileiros* (WAISELFISZ, 2007), entre 1994 e 2004, os homicídios juvenis saltaram de 11.330 para 18.599, com aumento decenal de 64,2%<sup>2</sup>. O universo de jovens com ida-

des de 15 a 24 anos concentra a maior parte das vítimas nas situações de homicídio no Brasil. Com maior intensidade do que na população total, os homens são 96,7% das vítimas jovens. Além disso, da mesma forma que no total de homicídios mas com ainda maior intensidade, os negros são 83,1% mais numerosos que vítimas brancas. Para Luis Eduardo Soares (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005), dados como esses indicam uma situação alarmante que já vem marcando a própria estrutura demográfica do país: há um déficit de jovens na sociedade brasileira, fenômeno só verificado nas estruturas demográficas de sociedades em guerra. Trata-se, então, de um problema social gravíssimo, do qual a produção de conhecimento acadêmico não pode se esquivar.

Para efetuar o desenvolvimento desse problema social em um problema de pesquisa, a opção teórica de minha dissertação foi analisar situações denominadas violências a partir da sua dimensão vivencial, ou seja, da experiência de sujeitos sociais cujo cotidiano é permeado por elas. Nesse trabalho, buscou-se deslocar o foco do crime para os sujeitos sociais. O uso das narrativas mostrou-se muito pertinente para a realização desse tipo de análise, uma vez que elas se constituem de falas sobre eventos pregressos em que necessariamente aparece a dimensão moral e que, consequentemente, permitem o acesso aos sentidos, às avaliações, aos valores, aos posicionamentos dos interlocutores em relação aos acontecimentos – em outras palavras, possibilitam um olhar mais próximo das experiências dos sujeitos<sup>3</sup>.

Das narrativas participaram interlocutores que tinham muitas histórias sobre homicídios para contar. Foram 16 jovens (entre 13 e 18 anos) do sexo masculino que se encontravam em instituições de caráter de privação de liberdade (internação) para o cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisa de campo foi realizada em três instituições de Santa Catarina<sup>4</sup>.

Toda narração é sempre retrospectiva; há uma seleção e uma interpretação das experiências a partir de um ponto de vista localizado no presente. E o presente, para os interlocutores, consistia em um momento muito peculiar em suas vidas: estavam privados de liberdade, fora do convívio de familiares e amigos, com uma rotina muito diferente daquela que tinham fora da instituição e sujeitos a longos períodos de isolamento.

2 Vale mencionar que houve uma queda relevante nas taxas de homicídios a partir dos anos 2000, sobretudo em grandes cidades, e principalmente em São Paulo. Para o debate sobre o papel do PCC na redução dos homicídios em São Paulo, ver Feffermann, 2006; Feltran, 2008; Biondi 2010. Entretanto, como aponta o *Mapa da violência: Os jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2011), há um movimento de incremento das taxas rumo ao interior do país e rumo a estados antes considerados de baixo ou médio potencial, como Santa Catarina.

3 Para conhecer outros trabalhos no qual se dá esse casamento entre narrativas e dimensão vivencial das violências, ver, por exemplo, Rodrigues (2006) e Feltran (2008).

4 Não aparecerão neste trabalho os nomes verdadeiros das cidades, das instituições e dos interlocutores. O sigilo faz-se necessário para resguardar as identidades dos entrevistados, já que a associação entre as histórias contadas e as pessoas que as narram poderia trazer prejuízos a elas ou a terceiros. Os próprios jovens participantes escolheram seus nomes fictícios.

Em uma instituição desse tipo, tudo, inclusive os discursos “educativos”, objetivam lembrar aos internos a todo instante que eles se encontram ali por terem cometido atos ilícitos, errados, condenáveis. Assim sendo, os resultados do trabalho de dissertação também devem ser pensados em relação a esse contexto específico em que os dados foram produzidos. Isso não quer dizer que aquilo que os meninos contaram sobre suas vidas fora da instituição não seja relevante, mas apenas que as dimensões por eles enfatizadas estão relacionadas com o lócus da pesquisa, com a relação estabelecida entre mim e eles, e com as condições específicas em que a interação ocorreu. Se estivessem na rua, é possível que destacassem os ganhos que traz o tráfico de drogas e não as perdas, os sofrimentos, as consequências ruins. Foi possível perceber, por exemplo, mudanças de postura e ênfase quando em grupo (falavam de aventura, diversão, mulheres) e quando a sós comigo (falavam de sofrimento, “veneno”). Além disso, também a pauta da pesquisa – histórias sobre homicídios – pode ter encaminhado a conversa para uma dimensão mais ligada às perdas.

A escuta das narrativas foi sempre individualizada. Em uma das instituições, os monitores ficavam no corredor próximo à sala em que eu conversava com cada menino. Entretanto, a maioria deles manteve um tom de voz claro, mesmo nesses casos. Não pareceram, assim, constrangidos com a vigilância dos funcionários. Em todas as interlocuções individuais, posicionei as cadeiras de modo a que ficassem próximas, e uma em frente à outra. Mantive-me sempre calma, atenta e, na medida do possível, serena. Procurava olhar nos olhos dos meninos e manter uma postura sem julgamentos.

Algumas das histórias que ouvi, segundo eles, nunca haviam sido contadas a ninguém. Todos os interlocutores falaram sobre as próprias vidas, compartilharam narrativas sobre mortes entre jovens e também sobre seus sentimentos, seus valores, suas moralidades. Eles ofereceram um material muito denso para reflexão: seus sentidos para suas trajetórias de vida e para as mortes que presenciaram. Espero que as histórias, bem como as reflexões derivadas da dissertação, possam contribuir para ampliar o debate teórico sobre modelos de interpretação

das violências mais próximos às experiências sociais. E que, além disso, possam ter desdobramentos no âmbito político, não apenas no nível das políticas públicas, mas também no das micropolíticas do cotidiano.

Vamos às narrativas.

### **Os pontos de vista narrativos: a vida no tráfico e o desejo de ‘mudar de vida’**

A linha que os narradores elegem para compor suas histórias ajuda a identificar o sujeito que surge do processo de enunciação e a maneira como ele quer ser lido, apreendido. Assim, o ponto de vista que organiza a construção da narração é chave para se pensar os sujeitos emergentes (OCHS, 2000).

Os jovens contaram suas histórias a partir de dois principais pontos de vista: suas trajetórias em relação ao uso e tráfico de drogas; e o desejo de “mudar de vida”. A maioria dos meninos situou os relatos de homicídios relacionados a sua biografia marcando, especialmente, o início de seu envolvimento com o uso e/ou o tráfico de drogas. Alguns iniciavam suas falas contando diretamente uma história; outros primeiramente situaram sua biografia. Mas mesmo os que iniciavam com histórias, logo em seguida falaram da própria trajetória no “mundo do crime”.

Ah, eu... A minha história é mais ou menos assim: desde pequeno, meus tios vendiam droga; daí fui experimentar a droga; daí comecei a usar direto, comecei a roubar pra sustentar meu vício. Tudo: roubar direto, assalto, de tudo um pouco eu fazia, né? Vivía incomodando a minha mãe. (Paulo)

Foi desde moleque já nesse caminho, caminho errado desde os 13 anos, 12 anos, desde essa faixa de idade. E desde desse tempo já começando a aprender – Né, cara? – o errado. (Ângelo)<sup>5</sup>

Vale ressaltar que não se tratou de uma pauta por mim sugerida, mas trazida pelos sujeitos. Como eles contaram experiências pessoais, as narrativas passaram a ser marcadas não apenas por seus “pontos de vista”, como

5 As transcrições mantiveram as formas e expressões usadas pelos interlocutores. (N.E.)

também por suas próprias histórias de vida. Como afirma Sônia W. Maluf (1999), “o sentido de uma experiência só pode existir na duração, na sua incorporação em um itinerário pessoal” (p. 76).

Ao falarem sobre suas biografias – ressaltando problemas na família, dificuldades financeiras – e sobre suas trajetórias no tráfico, os interlocutores traziam uma espécie de contexto explicativo para o “envolvimento” com o crime e para os homicídios dele decorrentes. Esse tipo de relato parece ser recorrente entre os jovens inscritos no crime, especialmente entre os institucionalizados.

Alguns autores com pesquisas na temática (VICENTIN, 2005; FEFFERMANN, 2006) apontam para os limites das entrevistas individuais que tendem a reproduzir a situação desigual da abordagem laudatória a que estão submetidos os adolescentes nos estudos psicossociais e dos procedimentos jurídicos de que são alvo. Os relatos seriam recorrentes por conta de um aprendizado de um certo repertório dirigido especialmente aos interlocutores institucionais. Gabriel de Santis Feltran (2008) analisa as “fronteiras” que circunscrevem o “mundo do crime” nas periferias de São Paulo através da narrativa de um jovem que as atravessa nos dois sentidos. O autor verifica que, em um primeiro momento, a narrativa é marcada por um quadro padrão de justificação para a entrada no crime, e, depois, à medida que o narrador passa a falar sobre o mundo do crime, a narrativa passa a expressar uma descrição detalhada da ação criminal.

De fato, devemos ter consciência desses distintos momentos de enunciação, de suas implicações e características. Mas, mesmo que esse espaço mais biográfico e de cunho explicativo, justificativo, tenha elementos padronizados, ele se refere a uma dimensão importante da experiência desses jovens e de sua maneira de se relacionar com as pessoas de fora do mundo do crime. Podemos ler tais momentos da narrativa não tanto como descrições lineares das causas do “envolvimento”, mas como dispositivos de construção de sentido a partir de uma perspectiva situada no presente. Trata-se de um trabalho de produção de sentido, de construção de biografia, de constituição desses sujeitos<sup>6</sup>. Também, tal perspectiva, além de situada no presente e em contexto, é expressão de uma relação, de uma comunicação entre mun-

6 A forma de leitura mencionada faz parte de um argumento da professora Sônia W. Maluf (PPGAS/UFSC) no âmbito da qualificação de meu projeto de tese no dia 1º de abril do presente ano. Agradeço à professora Sônia pela sugestão.

dos diversos. Parece ser o caso de um movimento semelhante ao da tradução: esses jovens, quando em contato com educadores, psicólogos e antropólogos, buscam situar suas experiências “no crime”, nos termos que consideram acessíveis a esses “outros”. Assim, talvez seja mais interessante pensar que se trata de tentativas de construir bases comuns para que conversações aconteçam – tentativas que fazem parte da constituição desses sujeitos – do que considerá-los simplesmente discursos padronizados, repetitivos.

A questão das drogas, por exemplo, é uma matriz explicativa compartilhada pela sociedade em geral quando o assunto é homicídios entre jovens. Os interlocutores desta pesquisa, como descrevi, também acionaram tal explicação. Mas, ao compartilharem a experiência vivida, revelam aspectos que não aparecem na explicação mais geral. As narrativas dos meninos traziam nuances e a complexidade das situações concretas. Quando narravam situações de homicídios, o pano de fundo era, sim, o tráfico de drogas, mas as tomadas de decisão em relação às mortes eram perpassadas por valores, avaliações morais, que, muitas vezes, escapavam às regras do mundo do crime. Ainda no tocante à mesma questão, os interlocutores falavam a partir de um lugar de ambivalência: é graças às drogas que se “levantam”, mas também é por elas que “caem”; o vício da mãe a leva de casa, e a venda de droga passa a ser sustento; o trabalho no tráfico permite o acesso a bens materiais e simbólicos e a certo tipo de reconhecimento social, mas, por outro lado, pode levar à privação de liberdade, a danos irreversíveis ao corpo e até a morte.

Eu já tomei um objetivo – Tá ligado? –, porque é foda, né, cara? O cara nessa vida aí... É só tragédia que acontece na vida do cara, tá ligado? Minha família se destruiu por causa disso, tá ligado? Se o cara parar pra pensar... Porra, se não fosse a droga, a minha família não tinha se desmanchado, tá ligado? Se não fosse essa porra dessa droga, se não fosse o crime, minha família não tinha se desmanchado. O cara considera os cara do crime, tá ligado? O cara considera porque um dia o cara foi - Tá ligado? O cara sabe como é que é a vida que não é tão fácil assim, tá ligado? Porque muitos moleque aí, pra ganhar o dinheirinho deles, têm que ficar no sereno aí – tá ligado? – virando madrugada, virando noite – Tá ligado? – pra ganhar um dinheiro. (Ângelo)

Em especial três interlocutores deram ênfase ao ponto de vista da mudança de vida. Dois deles eram mais velhos que os demais e estavam internados havia muitos meses. Eles falaram muito da vontade de “mudar de vida” e avaliaram a vida no crime como “o errado”, o que “não vale a pena”, o que traz só “veneno” (nesse caso, sofrimento). É preciso pensar que tal postura provavelmente está relacionada ao maior tempo passado dentro de instituições nas quais discursos e práticas reforçam o caráter negativo, errado, prejudicial, da vida no crime. Contudo, no caso de alguns interlocutores, o mesmo desejo de mudança não estava relacionado apenas à condição na qual se encontravam, mas também ao esgotamento em relação à vida que levavam desde os 12 ou 13 anos.

Tarde não é porque pode começar tudo de novo, pode começar uma vida nova, tipo assim... Sair com um exemplo já do que aconteceu na vida do cara. O cara já vê que pode mudar também, que deve mudar, mudar pra melhor e poder viver um pouco mais também e preservar a vida também, né? (...) Também já perdi um monte de amigo meu, né? Que também era envolvido... Já perdi já, já tão no cadeião. Uns já foram pro além, né? Não quero isso daí pra mim mesmo não. (Wesley)

Vejamos o que disse um dos meninos mais jovens a respeito da possibilidade de mudança. Bob, 15 anos, ao fim da sua entrevista, após discorrer sobre o segundo homicídio que tinha cometido, disse o seguinte:

De lá em diante, tudo mudou, né? Aquele menino que era cabeça, brincalhão, ficava só com a família, mudou. Até hoje, eu tenho ódio, rancor, só que eu escondo isso, pra minha família não sofrer. Eu fico calado, na minha. O que tem que fazer eu faço.

*Mas você tem ódio, rancor do quê? De alguém ou das coisas que você fez?*<sup>7</sup>

Do que eu me tornei, só que eu não consigo mudar. Agora, aqui, nesse lugar aqui, é a primeira vez que eu fui preso, sabe? Nesse lugar aqui eu tô começando a pensar melhor.

7 As falas em itálico são intervenções minhas.

“Só que eu não consigo mudar” nos faz pensar que a distância entre o sujeito que estava na rua até pouco tempo antes e o sujeito que narra é pequena, ao contrário daquela que é perceptível na fala dos meninos internados há mais tempo e com um forte discurso de mudança, de transformação. Tais considerações remetem à discussão realizada por Sônia W. Maluf (1999) sobre as narrativas de vida no contexto das novas culturas terapêuticas e religiosas no Brasil. A autora afirma que elas trazem fortemente a dimensão de desvendamento ou de revelação da pessoa, na medida em que o sujeito dá um sentido à sua experiência. As autobiografias de trajetórias terapêutico-espirituais articulavam-se, de acordo com Maluf, em torno de uma mudança pessoal. Nesse sentido, mostra-se incisiva a relação entre a ideia de transformação radical e a autobiografia: “Essa necessidade de contar é fundamentalmente um ato interpretativo, em que o indivíduo reflete sobre sua própria história e lhe dá um sentido” (p. 76). E a distância necessária para essa interpretação não é apenas temporal, mas também identitária.

As reflexões ajudam a compreender por que a ênfase na mudança de vida é marcante nas falas de jovens em processo de afirmação de um sujeito atual, diverso do anterior. Trata-se de um sujeito narrador que se distancia do sujeito protagonista das narrativas, e que realiza avaliações e juízos de valor a partir do presente. Além disso, a análise é igualmente pertinente em relação aos relatos com ênfase em explicações para o “envolvimento”, em que a fala centrada na mudança de vida também se refere a uma situação de passagem entre “mundos”.

## **As histórias contadas**

As situações de homicídios narradas foram agrupadas na dissertação de acordo com os enquadramentos explicativos dos interlocutores em relação aos tipos de mortes: mortes *justificáveis* (punições ao descumprimento de regras compartilhadas ou em consequência de situações de “guerra”); e mortes sem motivo, *não justificáveis*. Os meninos não usaram esses termos. Essa foi a forma que encontrei para

reunir situações semelhantes por eles narradas e contextualizadas de modo semelhante. Entretanto, mesmo não usando claramente essas palavras, os interlocutores consideraram que alguns casos tinham “motivos” e outros não. Essa questão estava relacionada a um compartilhamento, por parte dos jovens, de uma categorização de sujeitos e valoração das vidas desses sujeitos: alguns sujeitos valem mais, outros menos; alguns são matáveis, outros não.

Um caso de morte justificável foi contado por Julio:

É... Tipo... Tem caso assim... Tipo... Tipo um caso que aconteceu: O cara pega, deve um monte de dinheiro pra um traficante. Aí... Tipo... O cara vendia droga pro cara e aí, em vez de vender a droga, ele cheirou tudo, usou tudo a droga. E daí o cara ficou no veneno: “Eu vou matar esse bicho”. Daí, pegamu, nós conversamu só nós, tipo os mais, né? Que faz o negócio crescer, né?

*Os chefes, os patrões?*

É, vamu dizer isso, mais patrão, só que a gente era tudo junto, tudo unido. Só que sempre tem uns que são mais, que dá a voz, né? Falei: “Não, não vamu matar esse cara, vamu deixar, ele vai pagar, vamu fazer com que ele pague. Se a gente matar ele, vai vir polícia, a gente vai se incomodar. (...) É, daí o cara que tava devendo, né? Queria uma arma emprestada pra matar um desses grandes<sup>8</sup>.”

*Ele veio pedir pra um de vocês?*

Ele veio pedir pra um deles, um dos grandes. O guri que tava devendo foi pedir pra um dos grandes pra matar outro grande (...) e daí o que que os caras fizeram? Mataram o cara, né? Porque eles já livraram ele de morrer, né? Por causa da dívida dele. Já era um motivo pra ele, pra eles ter matado ele. Só que daí o cara vai querer matar o outro ainda por causa de dinheiro, por causa de 100 real... O cara tava devendo 3 mil. Tava devendo 3 mil e queria cobrar 100 pila. Não mataram ele por causa de 3 mil real. Daí agora foi... Daí mataram ele, né?

Algo a se pontuar sobre essa história é que o devedor, o “casqueiro” (usuário de crack), não foi morto por conta de suas dívidas, e sim por causa da sua intenção de matar um dos “grandes”, um líder. Assim, na prática, há muito mais nuances, e as situações não correspondem linearmente às

8 A questão da liderança e das hierarquias no crime vem sendo discutida em trabalhos, realizados especialmente no estado de São Paulo, como em Biondi (2010) e em Marques (2009). Em linhas gerais, parece ter havido uma espécie de descentralização do poder no âmbito do PCC a partir da adição da noção de igualdade em seus ideais na última década. Nesta fala, é perceptível que foi minha a imputação dos termos “chefes” e “patrões”. Para Julio, a ideia de chefia era mais diluída: havia “os mais”, “os que faziam o negócio crescer”, mas “era tudo junto”. Em minha pesquisa, houve relatos em que os próprios meninos falaram em “patrões”, mas o que vigorava era a ideia de pequenos grupos de aliados que trabalhavam e tomavam juntos suas decisões. Não houve nenhum relato de associação com o PCC ou com outros comandos de porte similar, a não ser no relato de um jovem que veio do estado do Paraná. Para efetuar qualquer comparação, é preciso amparar-se em mais etnografias em Santa Catarina, bem como estabelecer diálogo sobre esse tópico com pesquisadores em outras regiões do país.

regras compartilhadas – como a que prevê punição com a morte no caso do não pagamento de dívidas. É possível negociar a punição em relação a uma dívida, mas, no caso de uma traição, ainda mais por parte de alguém que estava em débito, parece não haver outro desfecho possível.

Os sujeitos que matavam “sem motivo” foram situados pelos interlocutores como “malucos”, “psicopatas”, “folgados”, “sanguinários”, ou seja, como pessoas fora das fronteiras da normalidade e também da moralidade. Para Carlos, esse era o caso de seus patrões, que, além do mais, queriam que ele passasse a ser como eles, para que pudesse matar sempre que fosse preciso, sem nenhum constrangimento. Ele contou o seguinte:

Tinha dois patrão: o fulano e o cicrano. Eles eram retardado tudo mesmo. Tipo... O fulano sempre me aconselhava: “Ó, na moral, você não deve ter amor, ter essas coisas assim no coração, compaixão. Só tem que ter ódio e nada dentro do coração mesmo. Só tem que ter raiva”. Falava pra mim só ter raiva, ódio, mágoa, só isso daí no coração mesmo. “Tenha só ódio dos outros mesmo”, “Até de mim”, ele falava. “Até de mim, ter ódio de mim. Nem – Pál! – se um dia tu não gosta de mim não, por favor, tenha ódio, guarde rancor no coração, pois, se for preciso matar, pegue sem dó mesmo”. Eles matavam um monte mesmo, os bicho eram altos psicopata.

Os meninos procuraram dar sentido, explicações para as situações de homicídio das quais fizeram parte, bem como se distanciar dos “malucos”, dos “folgados”. Se mesmo no campo de estudos das violências há o predomínio da deslegitimação, da intolerância e da indignação face a diversas modalidades de violências, como comentei no início deste trabalho, é preciso entender que o que está em jogo é uma percepção contemporânea acerca desses fenômenos. Tal percepção está relacionada a determinadas configurações de sujeitos. Houve épocas (não tão distantes) em que era legítimo e até mesmo heroico o uso do embate físico nas lutas sociais. E mesmo diante da prevalência da negatividade e da homogeneização das violências, há gradações diversas no que toca à aceitabilidade de algumas situações em detrimento de outras<sup>9</sup>. Tais valorações dependem sempre de juízos, de enquadramentos dos sujeitos nos perfis de vítimas e agressores, de avaliações acerca de categorias de sujeitos (crianças, mulheres, trabalhadores, criminosos etc.).

9 Para Martuccelli (1999), a aceitação da violência se dá em função do grau de pertinência ao mundo da informação. Por exemplo: há um alto grau de aceitação em relação aos aparelhos militares modernos (intervenções cirúrgicas), que funcionam de forma midiaticizada. E violências mais materiais, nuas e menos assépticas, como as delituosas, são as menos aceitáveis. Ele afirma ainda que a violência muda de natureza e de significação segundo o grau de racionalização que incorpora. Ver também a análise de Rifiotis (1999) acerca da denúncia de violência policial no caso Favela Naval.

Os interlocutores compartilham dessa matriz. Também para eles há pessoas que usam a força de modo não legítimo, matam sem “motivos”. A procura por explicações para o tipo de homicídios em que estavam envolvidos não significa que consideram “certo” o que fizeram. Ao contrário, muitos deles disseram que queriam “pagar direitinho” a medida socioeducativa e que estavam internados porque haviam feito “o errado”. O que fica claro é a ênfase no fato de que havia um contexto dotando de sentido o tipo de acontecimento: ninguém os tinha obrigado a entrar “no crime”, mas, uma vez inseridos nele, era preciso “correr pelo certo” e, em muitas ocasiões, matar para não morrer, como contou Wesley:

Tipo assim... Tem motivo assim... de eles querer ser mais que o cara, e o cara nem tem nada a ver. O cara faz o corre do cara. Mas daí tem uns que já querem ser mais que o cara. E daí já é de outras áreas. E daí um mora em outra área e o outro em outra. Daí uma área tem guerra com a outra e daí, quando se encontram, daí já acontece de um querer dar tiro no outro, um querer matar o outro. Daí... Tipo assim... Daí é onde o cara tem que se defender pra não morrer, se não quiser morrer, né? Que é só os forte que sobrevive mesmo, né? Porque um quer matar o outro, né? Na rua como é que tá aí? Tá cheio de guerra. E é mesmo. A maioria é por causa disso daí mesmo: é um querendo ser mais que o outro, né?

Como mencionei, o grau de aceitabilidade de violências depende de valorações diferenciadas em relação aos sujeitos. Nas narrativas dos interlocutores, determinadas posições, categorias de sujeito, foram também acionadas como elementos de fundamental importância para a significação das situações de homicídio. Foi possível identificar a existência de um compartilhamento de uma série de categorias de sujeito e uma atribuição de valor hierarquizada em relação a esses sujeitos e às suas vidas: o “sujeito homem” como sujeito valorizado e o “verme” como vida que não vale nada; e, entre esses polos, várias outras categorias.

O “sujeito homem” foi descrito como aquele que segue as regras compartilhadas no grupo; raciocina; cumpre o que promete; não vai matar alguém só porque soube de algo pela “boca de outros”. Quando mata, o faz achando que isso é

o certo, que tinha que ser feito. Busca não matar pessoas inocentes (que nada têm a ver com o crime), a não ser que sejam alcaguetes ou estupradores. O “sujeito-homem” é, assim, o sujeito ético em relação aos códigos e às moralidades compartilhados pelo grupo.

Já os “vermes” são aqueles que “não correm pelo certo”, que descumprem regras compartilhadas: matam inocentes, “caguetam”, roubam de “aliados” ou de pessoas pobres, se envolvem com mulher alheia. Foram também enquadrados como “vermes” ou “safados” os estupradores, os devedores, os traidores, os “casqueiros”, os inimigos. Em relação a esses últimos, há um ponto importante: os interlocutores tinham consciência de que era uma questão de perspectiva, de que, para os “inimigos”, eles eram os “vermes”. Em síntese, aqueles que “não correm pelo certo” são os desviantes no “mundo do crime” e, em geral, a penalização é a pena capital. Como enfatizou Wesley, “o crime é podre, mas não admite falha”<sup>10</sup>.

A valoração diferenciada a respeito de alguns sujeitos e, conseqüentemente, de suas vidas está longe de ser uma postura característica de jovens inscritos no tráfico. Darei alguns exemplos de casos amplamente divulgados no Brasil que podem nos ajudar a pensar sobre um compartilhamento mais geral de uma hierarquia do valor diferencial entre sujeitos e classes sociais. São eles o dos jovens de classe média que atearam fogo em um indígena e que se “desculpam” dizendo que pensaram que era um mendigo; e o de outros jovens, também de classe média, que espancaram uma empregada doméstica, justificando-se de forma similar: “Pensamos que era uma prostituta”. Tais situações somente tiveram repercussão porque as pessoas que sofreram as violências eram um indígena (alguém com uma identidade cultural) e uma empregada doméstica (uma trabalhadora). Mendigos e prostitutas, assim como jovens pobres inscritos no tráfico, parecem fazer parte de um grupo cujo assassinato é tolerável e não causa grandes manifestações de indignação.

No caso dos interlocutores da pesquisa, pode-se falar na incorporação de uma hierarquia valorativa dos sujeitos, na qual têm pouco valor tanto a vida dos “inimigos”, dos “vermes”, como suas próprias. Quando falo em “hierarquia valorativa”, remeto à discussão de Jessé Souza (2006) a respeito da “hierarquia social legítima do valor diferencial dos seres humanos”

10 As noções de “correr pelo certo” e a categoria “sujeito-homem” aparecem também em outras etnografias realizadas no Brasil. Ver, por exemplo, o trabalho de Adalton Marques (2009) com presos, ex-presos e familiares a respeito da noção do “proceder”. De acordo com o autor, o “proceder pelo certo” não se reduz a um regime de regras e condutas, consistindo em uma possibilidade enunciativa que tem a ver com lutas pela verdade. Uma outra instância se articula com a questão do “ter que proceder”. Ela se refere a autodescrições como “ser humilde” e descrições de outros, dentre as quais o “sujeito-homem”. Trata-se de uma instância de subjetivação que caracteriza um modo particular de existir. Provavelmente, há diferenças entre os sentidos de tais categorias de acordo com os contextos – “rua”, “cadeia”, diferentes regiões do país –, mas a diferenciação e a articulação que Marques efetua entre o “proceder” e a instância da subjetivação pode ser acionada em contextos etnográficos semelhantes.

e sua relação com a desigualdade social no Brasil. A visão de uma vida a ser eliminada como “verme”, como algo que nada vale, provavelmente atenua os efeitos psicológicos, emocionais e morais do executor, como ocorreu com Bob, que disse ter ficado traumatizado ao matar um conhecido a mando de um traficante e, ao mesmo tempo, não ter sentido remorso depois de matar o traficante que desejava tirar-lhe a vida.

É preciso também refletir sobre a possibilidade de que essa “hierarquia do valor diferencial” (SOUZA, 2006) dos sujeitos e um regime de “guerra” que marca o cotidiano dos jovens inseridos no tráfico sejam elementos que atuam fortemente na percepção desses jovens em relação às suas vidas e às vidas daqueles que eles matam. Trata-se de uma percepção marcada pela “normalidade” de matar, bem como de morrer assassinado: são matáveis as vidas dos “inimigos”, assim como é “matável”<sup>11</sup> a própria vida. Durante nossas conversas sobre mortes de outros e sobre situações em que suas vidas estavam em risco, questionei os interlocutores sobre o medo de morrer. Cito aqui algumas das respostas:

Ah, o cara vai ter como, cara. A segurança do cara é o canhão e os camarada que tão do lado do cara, né? Essa pro cara é o segurança do cara. E muito mais do que isso é a considera que o cara tem, tá ligado? (...) Porque o cara nessa vida aí é matar pra não morrer, tá ligado? É matar pra não morrer. Mas o cara que tá nessa vida aí – o cara sabe que chega uma hora do cara. Uma hora chega a do cara. (Ângelo)

Ah – tipo assim, né? –, medo assim eu me cuidava. Eu tinha medo de morrer, eu tinha medo, mas eu me cuidava e eu era obrigado – tipo assim – a ter que ir matar pra poder sobreviver, porque tudo queria me matar também. Tudo não. Tipo assim... Das outras áreas assim. (Wesley)

## Vivendo ‘no veneno’

As vidas “matáveis” eram também vividas “no veneno”. Essa categoria, ligada especialmente às situações difíceis, que geram sofrimento, mostrou-se central nas histórias contadas. Ela apareceu quando os interlocutores

11 Na dissertação, discorro sobre a produção social de vidas “matáveis”, de vidas “desperdiçadas”, “refugadas”, com base nas reflexões de Giorgio Agamben (2007) e de Zygmunt Bauman (2005).

descreviam sua condição atual (estar “preso”) e também nas referências à vida que levavam “no crime”. Em conversa com Joe, perguntei diretamente o que significava “veneno”, e ele respondeu que é “tudo que é ruim”, que é acumulado dentro da pessoa e pode fazê-la sofrer. Joe disse também que o “veneno” relacionado aos sofrimentos que alguém passa pode ser “descontado” por meio de brigas ou “coisas mais graves”. Nesses casos, a experiência de sofrimento relaciona-se também a sentimentos como raiva e ódio, que podem ser descontados por meio da utilização de violências. Foi o que Carlos descreveu como “desabafar no gatilho do revólver” e “estocar para desabafar”.

Além disso, quando falaram a respeito da vida no crime, o que sobressaiu foi a dimensão dos riscos, das dificuldades, da instabilidade à qual estavam sujeitos na época do “envolvimento”. A “vida fácil” é uma vida cheia de trabalho precário, de regras rígidas (um deslize pode levar à morte), de risco constante, de surras e humilhações por parte da polícia, de “guerras”, de velórios de “irmãos”, de aprofundamento na dependência das drogas, de altos e baixos.

A possibilidade de desabafar, de colocar para fora o “veneno”, acabou por se tornar uma das principais motivações ou um dos principais efeitos da interlocução. Do ponto de vista analítico, a comparação de Carlos entre o desabafo pelo gatilho do revólver ou pela “estocada” (ato de perfurar alguém com objeto cortante) e o desabafo via narração, via conversa, me levou a pensar que ambos são uma forma de linguagem, uma forma de expressão. Carlos disse, no final de nosso diálogo, que conversar “leva a mais”, deixa mais “às pampas” (tranquilo) do que estocar. Assim, é preciso refletir sobre o campo das modalidades de expressão desses sujeitos, de maneira que as violências não figurem como única, nem como a mais óbvia possibilidade.

A ênfase na questão do sofrimento, do “veneno”, trouxe à tona uma importante dimensão da vida desses jovens, em geral pouco visibilizada. Quando pensamos em jovens envolvidos com o tráfico, o que nos vem mais facilmente à mente é o “etos guerreiro” (ZALUAR, 1995), a virilidade, a coragem, as guerras. Ao menos era isso o que eu pensava antes de realizar a pesquisa. Tanto é, que imaginava relacionar violências e masculinidades.

Porém, com os meninos que me contaram narrativas de homicídios aprendi que os “guerreiros” também sofrem. Sofrem ao ver situações difíceis na família, sofrem ao presenciar a morte de um amigo assassinado, sofrem ao lembrar-se de pessoas que mataram ou que ajudaram a matar, sofrem com o trabalho nas madrugadas, sofrem por estarem privados da liberdade. Eles sofrem, mas, em geral, não se colocaram como vítimas. Falaram da inserção no tráfico como uma atitude livre e se responsabilizavam pelos próprios atos. A visibilidade do sofrimento desses jovens, diferente da ênfase na vitimização, desloca também as questões que se referem às possibilidades de intervenção social. Eles se inscrevem no tráfico sabendo que as consequências são “hospital, cadeia, caixão”.

Quando se trata do chamado “mundo do crime”, o sofrimento é, portanto, uma das dimensões pouco visibilizadas. A seguir, passo a abordar mais explicitamente a ideia de comensurabilidade entre *mundos*.

### **‘Mundo do crime’ e a comensurabilidade entre mundos**

No referencial teórico sobre violências que pautou minha dissertação<sup>12</sup>, as violências são situadas no domínio das relações sociais, dos símbolos e valores compartilhados, no campo de possibilidades configurado pelos e para os sujeitos sociais. Nesse sentido, também os agentes de violências são percebidos como sujeitos sociais, perpassados por valores, crenças, moralidades. Assim sendo, é importante esclarecer desde já que a ideia de “mundo do crime” não é lida aqui na chave de mundos como universos autônomos, como mônadas. Como descreverei a seguir, o uso nativo dessa categoria, bem como etnografias recentes sobre o tema, remetem mais a uma noção de fronteira porosa: há sim especificidades, mas há trânsitos de valores, de moralidades, de objetos, de sujeitos.

Entre os interlocutores da pesquisa, tal categoria foi muito acionada ao falarem sobre suas trajetórias, sobre uma condição de vida da qual já fizeram parte, e sobre aquilo que se pode esperar quando se está “nessa vida”: cadeia, hospital, morte. Como descrevi, alguns enfatizaram o desejo de “mu-

12 Ver, por exemplo, Rifiotis (1997; 2006).

dar de vida”, de seguir por outros caminhos, de deixar “o errado”. Também falaram sobre o caráter ilusório da vida “no crime” e sobre as dificuldades por que se passa “nessa vida”.

Diante da centralidade da ideia de “mundo do crime” no âmbito da experiência dos sujeitos, mostrou-se a necessidade de se repensar com cuidado as questões dos sentidos dessa categoria em termos analíticos e das implicações políticas da ênfase em uma postura mais relativista (lógicas estanques) ou mais englobante (comensurabilidade e interseções). O que significa “mundo do crime”? Ele é estanque em relação ao que seria o mundo hegemônico? Nele se configuram valores diversos, uma moralidade própria? Trata-se de uma discussão complexa, que envolve as noções de *mundos* sociais, *domínios da realidade*, moral, relatividade cultural. As reflexões que seguem são tentativas de colocar em debate algumas dessas questões e apontar possibilidades de análise, com base nos dados gerados na interlocução com os meninos e nas contribuições teóricas de alguns autores.

### **‘Por mais que esteja no mundo do crime, certo é certo, né?’: os dados etnográficos**

Ao analisar as histórias a mim contadas, mencionei que foi possível identificar dois cenários para os homicídios: um no qual havia justificações, “motivos”; e outro no qual os perpetradores das mortes agiam fora dos modelos explicativos dos sujeitos, fora de regras compartilhadas, fora do que os interlocutores consideram situações normais, justificáveis. A seguir, descreverei as avaliações morais, as regras compartilhadas e as explicações dos sujeitos no que tange a esses cenários. A ideia é refletir sobre os valores que perpassam essas avaliações e questionar se eles configuram uma moralidade estanque ou não em relação às moralidades que regem a sociedade abrangente.

As situações de punição ao descumprimento de regras foram vistas pelos interlocutores da pesquisa como, em certos casos, algo inevitável, inegociável: “Safado não tem vez”, “Quem não corre pelo certo passa mal”. Em outros, havia uma margem de negociação, um espaço para debater a aplicação da pena, dependendo da circunstância e da categoria de sujeito envolvida.

Algo que chamou atenção foram essas negociações, o “debate”<sup>13</sup> entre os membros do grupo e o “voto da maioria” a respeito da punição com a pena capital. A não centralização das decisões parece acarretar uma maleabilidade em relação às punições. Nos casos narrados, tal maleabilidade implicava questões técnicas, instrumentais – matar alguém pode causar problemas com a polícia –, mas também avaliações morais.

Muitos meninos não consideravam “certo” punir com a morte pessoas que deviam dinheiro, usuários. Dessa forma, nem sempre prevaleciam os interesses comerciais, da busca desenfreada pelo dinheiro, mas avaliações em relação a categorias de sujeitos considerados mais ou menos “inocentes”. Como explicou Julio, “não é por qualquer motivo que... que vai e mata alguém”. Esse parâmetro era compartilhado pela maioria dos interlocutores.

Já as falas de Carlos estavam situadas em outro contexto, no qual era preciso seguir as ordens “do Comando” para poder ter seu lugar no tráfico, para poder “crescer”, conquistar a confiança dos patrões e os consequentes benefícios. Dessa forma, a maleabilidade citada e as avaliações morais que nela encontram espaço são dados que não podem ser generalizados para outros contextos nos quais o tráfico se organiza de forma mais centralizada<sup>14</sup>. Mesmo neles, seguindo as considerações de Feffermann (2006, p. 250), a lógica que regula as decisões não está fora do mundo social, mas “as relações de poder são estabelecidas e legitimadas, tendo como referência os mesmos ícones da sociedade burguesa (...)”. O poder concentra-se na elite que domina os meios de produção e na que acolhe a lavagem de dinheiro. O que há de diferente é que a dominação é explícita (as regras e punições são claras), e não escamoteada.

Nas avaliações dos meninos sobre o que é o “certo” (essa categoria aproxima-se tanto da noção de *bem* como da noção de *verdadeiro*), apareceram ideias mais gerais sobre justiça, honestidade, humildade. Uma fala chave, nesse sentido, foi a de Julio: “Eles roubaram junto e, em vez de dividir o dinheiro certinho, ser honesto... Por mais que esteja no mundo do crime, certo é certo, né?” Na descrição valorada positivamente do “sujeito-homem”, a força de concepções morais gerais ficou bem clara. O “sujeito-homem” não apenas segue as regras compartilhadas, não é somente

13 A questão do “debate” aparece em outras etnografias, especialmente em contextos perpassados pelo PCC no estado de São Paulo. Ver Feffermann, 2006; Marques, 2009; e Biondi 2010.

14 O jovem em questão veio do estado do Paraná e foi o único de meus interlocutores que mencionou a relação com um comando, que no caso era o PCC. É importante retomar a ideia de que a influência de comandos nem sempre remete a uma organização centralizada de poder. Ver nota 8.

um sujeito moral, mas um sujeito ético, reflexivo, que busca tomar decisões justas, que cumpre o que promete, que respeita os pares e a comunidade à qual pertence. É “humilde”, não mata ninguém antes de ter certeza de que é necessário. Em síntese, “é o cara certo do lado errado” (Joe). É o modelo para os interlocutores da pesquisa, o tipo de pessoa que demonstraram admirar, não o “sanguinário”, o “maluco”, o que mata sem necessidade. Pontuo ainda que, nas nossas conversas, muitos falaram valorativamente dos estudos e do trabalho formal, bem como do desejo de “mudar de vida”.

O mundo do crime parece incompatível com o da religião como o “caminho de Deus”. Entretanto, ao menos entre os jovens institucionalizados com os quais tive contato, o sentimento religioso, as referências a Deus, à sua proteção, ao seu poder de interferência, mostraram-se significativos. Paulo, por exemplo, me disse o seguinte: “Deus pode ter me dado uma oportunidade de estar aqui e não morto, né?”. De forma análoga, muitos explicaram as atitudes dos “malucos” e “sanguinários” como consequências de pactos com o diabo<sup>15</sup>.

Até aqui, enfatizamos os valores que os interlocutores compartilham com a sociedade mais abrangente. Entretanto, é inegável que esses jovens apresentam uma postura em que há uma naturalização da possibilidade de matar alguém, bem como de ser morto. Acredito que a peculiaridade nesse caso esteja muito mais na admissão da possibilidade de uma morte trágica do que na de matar.

Jovens pobres que matam uns aos outros, como coloca Bauman (2005), são parte de um processo de resolução local para o problema global da produção de pessoas “refugadas”, “excedentes” nas sociedades de “modernização retardatária”. Esses jovens são os que fazem o trabalho “sujo”. Não são somente eles que naturalizam as mortes de seus iguais, mas a sociedade “asséptica” como um todo, que não se espanta, que não fica indignada diante de um quadro de genocídio. Em geral, se as situações de violências ficam retidas no gueto, não causam preocupação, pois não se reconhece dignidade nas vidas que se vão. Elas são, nos termos de Agamben (2007), “vidas nuas”, “vidas matáveis”, “vidas que não merecem viver”. No ponto da admissão e da naturalização do assassinato de jovens – pobres, inscritos no tráfico, homi-

15 Sobre esse tema, especificamente sobre a conversão de “bandidos” ao pentecostalismo, ver Teixeira (2009).

cidas –, não há nada de específico, de próprio, de particular na postura dos interlocutores. Ao contrário, como procurei desenvolver na dissertação, essa perspectiva se insere em um contexto geral de produção social de “vidas nuas”. Nesse sentido, as fronteiras entre mundos, no plano legalidade-versus-ilegalidade, também são muito permeáveis<sup>16</sup>.

A partir dessas considerações, a questão que fica é a seguinte: o problema social dos “meninos em armas” (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005) constitui-se, na medida em que se forma um “mundo do crime”, em um “Estado paralelo” ou situa-se no próprio Estado, que funda sua soberania pelo direito de excluir, de distinguir cidadão e “homo sacer” (AGAMBEN, 2007)?

### **Comensurabilidade: reflexões preliminares**

No caso da pesquisa de dissertação, os dados etnográficos levaram-me a pensar mais em termos de interseções, de permeabilidade entre domínios do que em mundos irredutíveis, particularistas. É nesse sentido que vem à tona a discussão sobre quais seriam os modelos de interpretação mais adequados a casos como esses, em especial que tipo de ênfase nos ajuda a pensar a respeito de “mundos” que parecem estanques, mas que tanto conversam.

De acordo com Gilberto Velho (1994), as “sociedades complexas” têm como uma de suas dimensões principais a heterogeneidade cultural, ou seja, a presença de um grande número de domínios sociais e simbólicos, de “mundos”. O autor define o conceito em termos de domínios da realidade que se distinguem através de fronteiras sociológicas e descontinuidades culturais. Nas sociedades complexas, não se poderia falar em “ajustamento” social tendo apenas um sistema como referência. Dentro dessa perspectiva, o “desviante” não está fora de sua cultura, mas faz uma “leitura” divergente.

Um dos grandes desafios para a antropologia hoje – supondo que admitamos uma diversidade de fato – é esclarecer, identificar, “inventar” (no sentido de ROY WAGNER, 1981) quais seriam as bases mínimas garantidoras das relações, das conversações entre esses mun-

16 Bauman (2005, p. 81) fala sobre isso em termos de “criminalização do globo e globalização do crime”, situação na qual há uma anulação da diferença entre legal e ilegal (livre circulação de dinheiro independentemente de sua origem). Para o autor, diante desse contexto, o conceito de lei só pode ser empregado *sous rupture* (DERRIDA apud BAUMAN, 2005).

dos diversos. Mesmo em um quadro de heterogeneidade cultural, não se pode esquecer que há processos de trocas, negociações de poder acontecendo em escala global. Nesse sentido, me alinho aos argumentos de Mauro W. B. de Almeida (2003), que discorre acerca da importância da antropologia como tribunal de conversação entre vozes e perspectivas etnográficas. Para o autor, diferentes sistemas do mundo podem entrar em acordo sobre certas consequências pragmáticas de seus postulados sem que haja correspondência entre tais postulados. Ele afirma:

Não se trata portanto de negar o “conhecimento local” nem de eliminar as diferenças, mas de supor que seja possível criar zonas maiores ou menores de superposição entre conhecimentos locais, levando a “quase-verdades” em movimento. (ALMEIDA, 2003, p. 19)

Para pensar a comensuração entre diversos, Almeida apresenta também a contribuição do filósofo brasileiro Newton da Costa. Para Costa, o conhecimento é ontológica e logicamente pluralista, isto é, haveria muitos sistemas cognitivos, que divergiriam quanto aos objetos que admitem e quanto aos cânones lógicos que empregam. Contudo, em cada um deles podemos falar de “quase-verdades” que se aplicam a uma parte de cada um desses universos. Dessa forma, sistemas cognitivos, inconciliáveis quando vistos como totalidades, podem coabitar. Em cada um deles se produziriam quase-verdades que – estas, sim – são compatíveis umas com as outras, sustentadas pelas mesmas pessoas talvez, embora a rigor sejam contraditórias. Por exemplo, um físico é newtoniano de manhã cedo ao planejar o lançamento de um foguete; à tardinha, ele é quântico, ao fazer experimentos de colisão de partículas; e, à noite, é relativista, ao olhar as vastidões estreladas e sonhar com a expansão do universo.

Trazendo esse debate para a questão do “mundo do crime”, a ideia não é negar que tal “mundo” possua códigos, linguagem e padrões de conduta específicos<sup>17</sup>. O fato de haver domínios não redutíveis não significa necessariamente que eles sejam incomensuráveis, estanques. Os “mundos” não o são, na medida em que há trânsitos entre esses domínios.

17 Não desejo também abrir mão da noção de “relatividade cultural”. Acredito que mesmo quando se enfatiza a comensurabilidade de certos “mundos”, é preciso resguardar essa dimensão da relatividade da verdade. Os “mundos” não são estanques, entre outras coisas porque suas “verdades” podem sempre ser revistas. Porém, a ênfase na verdade da relatividade pode levar ao ocultamento da questão da construção social da verdade, bem como gerar posturas absenteístas no campo da ética, como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (2004).

Por fim, apresento as contribuições de Gabriel de Santis Feltran (2008), que trabalha a temática em um contexto etnográfico semelhante e chega a conclusões parecidas. Feltran, em trabalho mencionado no início deste artigo, analisa as “fronteiras” que circunscrevem o “mundo do crime” nas periferias de São Paulo a partir da narrativa de um jovem. De acordo com o autor, a expansão dessas fronteiras passa a disputar espaço nas esferas de definição do que é e do que não é socialmente legítimo. Ele pensa o “mundo do crime”, a partir da perspectiva dos jovens com os quais trabalha, como o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos. E também procura tratar a questão em termos das relações que esse “mundo” trava com as dinâmicas sociais consideradas legítimas, como o trabalho, a família e a religião.

Feltran traz ainda uma leitura apurada sobre as passagens entre “mundos”. Para ele, o “mundo do crime” não é um regime no qual um ator possa estar em um momento e imediatamente transitar para outro. Há uma fronteira identitária que o circunscreve, seu trânsito de indivíduos é muito controlado. Mas o autor também fala sobre a existência de princípios ordenadores compartilhados, como a ideia do “respeito”. Seu interlocutor finaliza a narrativa dizendo: “O que vale mais no mundo é você ter respeito com o próximo”. Assim, “você ganha confiança de ladrão e trabalhador”. Trata-se, para o autor, de uma síntese do aprendizado obtido no transitar entre os dois lados da fronteira e de um princípio que define legitimidade em ambos os lados. Tal princípio – respeito com o próximo – é trabalhado por ele como um código moral-religioso.

Devemos explorar ainda mais as implicações desse princípio e de categorias afins como “consideração”, “humildade” e seus opostos. Esse conjunto de categorias possui uma centralidade que pode ser constatada em etnografias de diferentes regiões do país (BARREIROS, 2008; DAMASCENO DE SÁ, 2010; MARQUES 2009; VIEIRA, 2009). Em minha dissertação, basta lembrar a fala já mencionada de Ângelo sobre a “consideração” em relação aos “caras do crime”. Retomo também a contribuição de Marques (2009), que trabalha o “ser humilde”, o “ter respeito”, como modalidade de subjetivação, de constituição e de reconhecimento de sujeitos.

## **‘Mundo do crime’ como mundo da experiência**

Venho argumentando neste texto que o “mundo do crime” não é estanque em relação ao “mundo da legalidade”. É, ao contrário, um domínio produzido e reproduzido por conta de condições sociais, políticas e culturais do “mundo hegemônico”. Entretanto, não se pode desconsiderar que meus interlocutores tivessem a experiência de “estar dentro do mundo do crime”, de estar no “mundão”, com tudo de bom e de ruim que ele traz: dinheiro, mulheres, bens materiais, reconhecimento, poder; e risco constante, guerra, morte, hospital, cadeia. Estar no “mundo do crime” implica, entre outras coisas, a inscrição em uma forma ilegal de “trabalho”, com uma série de obrigações e regras a serem obedecidas, a submissão a um regime de guerra em que prevalece a condição de “matar ou morrer”, e o lidar com todas as consequências da opção por esse “mundo”: ter a vida em constante risco e instabilidade (“altos e baixos”), presenciar a morte de amigos, matar, “cair” (ser apreendido), morrer. Para esses jovens, o mundo do crime é aquele que prevalece como mundo da experiência, no sentido de ser o cenário no qual se moviam e que acarretava uma série de implicações em suas vidas, em seus corpos.

O que desejo argumentar é que, para eles, faz todo sentido falar em um “mundo do crime”. No entanto, no plano da interpretação antropológica, é preciso levar em conta as estruturas sociais objetivas que determinam o “campo de possibilidades” para as práticas dos sujeitos (BOURDIEU, 1983; VELHO, 1994). Nesse sentido, o fato de haver para os sujeitos uma experiência de mundo do crime em toda a sua concretude não impossibilita a interpretação de que esse mundo não é autocontido e que está inserido em um contexto maior, que fornece as condições de sua produção.

No momento em que encontrei os meninos, eles estavam fora do crime, não por uma decisão pessoal, mas porque tinham “caído”, tinham sido internados por conta de infrações à lei. Muitos deles enfatizaram o desejo de “mudar de vida” (arrumar um serviço, estudar), não apenas por considerar que estavam no “caminho errado”, mas também por achar que a vida que levavam “era só

veneno”. Era uma vida que lhes dava acesso a bens (materiais e simbólicos) importantes para eles, a ponto de escolherem apesar do destino que ela reserva. Destino que, de acordo com eles, não é segredo para ninguém: hospital, cadeia, caixão. Como disse anteriormente, se, para eles, há sofrimento na vida do crime e, ainda assim, ela se mostra um caminho, é porque ela permite acessar coisas valiosas.

### **Considerações finais: à guisa de não conclusão**

No encontro com os jovens narradores de histórias sobre homicídios, pude constatar que não me encontrei com um determinado mundo, mas com vários. Não é possível reduzir as experiências de tais sujeitos a um único domínio chamado de “mundo do crime”, nem defini-los simplesmente como “adolescentes em conflito com a lei”. O “mundo do crime” foi uma das chaves de comunicação entre nós.

Apareceram também outras, como o sofrimento, a raiva, o “veneno” e a vontade de “mudar de vida”. Além disso, ao comparar minha etnografia com a de outra pesquisadora do Laboratório de Estudos das Violências da UFSC (RIFOTIS; DASSI; VIEIRA, 2010), identificamos ainda mais chaves. Realizamos nossos trabalhos de campo com interlocutores em lócus de pesquisa muito parecidos e, assim, ficaram patentes ênfases em diferentes dimensões de suas experiências. Em um caso, a ênfase dos jovens foi na dimensão lúdica ou de “aventura” de suas experiências (a vida “loka”, como dizem e escrevem eles); em outro, o tom foi mais de desabafo em relação às situações de sofrimento, de raiva, de angústia por que passavam (“É só veneno”).

Mas as leituras diversas apareceram também no interior de cada pesquisa. Em vários casos, o mesmo interlocutor acionava leituras diferentes. Foi possível perceber que tais leituras são constituídas e acionadas de maneira contingente e relacional. Temos procurado entender essas diferentes ênfases não como contradições ou ambiguidades, mas como indicações de pluralidade, de contingencialidade e de relacionalidade.

Nos encontros etnográficos fica explicitado que, assim como os antropólogos, também os sujeitos comparam, estabelecem assimetrias e buscam traduções para se comunicar. Assim, uma das maneiras de compreender a ideia de mundos – seja no caso desses encontros específicos, seja na “socialidade” (WAGNER, 1981; STRATHERN, 2006) em geral – é pensá-los como potências disponíveis atualizadas nas e pelas relações, como “invenções” (no sentido de Roy Wagner, 1981) derivadas de processos de comunicação nos quais lidamos com alteridades. Desse modo, a antropologia e seus encontros atuam não apenas na mediação, na tradução entre mundos, mas na invenção deles e também em sua potencial transformação.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. (2007), *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- ALMEIDA, Mauro. (2003), “Relativismo antropológico e objetividade etnográfica”. *Campos*, Vol. 3, pp. 9-29.
- ATHAYDE, Celso; BILL, MV [e] SOARES, Luiz Eduardo. (2005), *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- BARREIROS, Elias. (2008), *A vila tem valor: Hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005), *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BIONDI, Karina. (2010), *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), “Esboço de uma teoria da prática”. Em: ORTIZ, Renato (org). *Sociologia: Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, pp. 46-81.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (2004), “O mal-estar da ética na antropologia prática”. Em: VICTORA, Ceres *et alii*. (orgs). *Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil*. Niterói, Eduff, pp. 21-32.
- DAMASCENO DE SÁ, Leonardo. (2010), “A moralidade do bichão: Uma análise etnográfica das narrativas sobre ofensas morais como falta de ‘consideração’ na trajetória de jovens assaltantes em Fortaleza”. Paper apresentado no 34º Encontro Anual da Anpocs.
- FEFFERMANN, Marisa. (2006), *Vidas arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, Vozes.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2008), “O legítimo em disputa: As fronteiras do ‘mundo do crime’ nas periferias de São Paulo”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 1, nº 1, pp. 93-126.

- MALUF, Sônia W. (1999), “Antropologia, narrativas e a busca de sentido”. *Horizontes Antropológicos*, ano 5, nº 12, pp. 13-37.
- MARQUES, Adalton. (2009), *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo.
- MARTUCCELLI, Danilo. (1999), “Reflexões sobre a violência na condição moderna”. *Tempo Social: Revista Sociologia da USP*, Vol. 11, nº 1, pp. 157-175.
- NOVAES, Regina. (2007), “Juventude e sociedade: Jogos de espelhos”. *Conferência Políticas Públicas de Juventude: O que há de novo?* Universidade Federal de Santa Catarina.
- OCHS, Elinor. (2000), “Narrativa”. Em: *El discurso como estructura y proceso. Estudios del discurso: Introducción multidisciplinaria*. Barcelona, Gedisa, pp. 271-303.
- RIFIOTIS, Theophilos. (1997), “Nos campos da violência: Diferença e positividade”. *Antropologia em Primeira Mão*, Vol. 19, pp. 1-30.
- \_\_\_\_\_. (1999), “Violência policial na imprensa de São Paulo: O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema)”. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 13, nº 2, pp. 28-41.
- \_\_\_\_\_. (2006), “Alice do outro lado do espelho: Revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais”. *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará*, Vol. 37, nº 2, pp. 27-33.
- \_\_\_\_\_; DASSI, Tatiana [e] VIEIRA, Danielli. (2010), “Vivendo ‘no veneno’: Ensaio sobre regimes de moralidade entre ‘adolescentes em conflito com a lei’ cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina”. *Papaer apresentado no 34º Encontro Anual da Anpocs*.
- RODRIGUES, Tiago Nogueira Hydra e Chagas. (2006), *Contando as violências: Estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis*. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

- SOUZA, Jessé (org). (2006), A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- STRATHERN, Marilyn. (2006), O gênero da dádiva. Campinas, Editora Unicamp.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. (2009), A construção social do “ex-bandido”: Um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- VELHO, Gilberto. (1994), Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VICENTIN, Maria Cristina G. (2005), A vida em rebelião: Jovens em conflito com a lei. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- VIEIRA, Danielli. (2009), Vivendo ‘no veneno’: Análise de narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- WAGNER, Roy. (1981), The Invention of Culture. Chicago, The University of Chicago Press.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. (2007), Mapa da violência nos municípios brasileiros. Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura/OEI, Gráfica Brasil.
- \_\_\_\_\_. (2011), Mapa da violência: Os jovens do Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, Ministério da Justiça. Disponível (on-line) em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)
- ZALUAR, Alba. (1995), Condomínio do Diabo: As classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.